



**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE  
PORTO**

**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**AJUSTE DIRETO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO OPERACIONAL E  
MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE COMPOSTAGEM COMUNITÁRIA— ALARGAMENTO À ÁREA  
TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA LIPOR INICIADO NO PROJETO CITYLOOPS**

**PROC. N.º 1024001019/2024**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

## ÍNDICE

Secção I – Disposições Gerais .....	4
Artigo 1.º Objeto do Procedimento .....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante .....	4
Artigo 3.º Decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º Fundamentação da escolha do procedimento .....	4
Artigo 5.º Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento .....	4
Artigo 6.º Esclarecimento e retificações das Peças do Procedimento .....	5
Artigo 7.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas .....	5
Secção II – Apresentação da Proposta .....	6
Artigo 8.º Proposta .....	6
Artigo 9.º Proposta e seus documentos .....	6
Artigo 10.º Idioma dos documentos da proposta .....	6
Artigo 11.º Propostas variantes .....	7
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas .....	7
Artigo 13.º Modo de apresentação de propostas .....	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	8
Secção III – Análise da Proposta .....	8
Artigo 15.º Análise e Exclusão da Proposta .....	8
Artigo 16.º Esclarecimentos e suprimimento da proposta .....	8
Secção IV – Adjudicação e Habilitação .....	9
Artigo 17.º Notificação da decisão de adjudicação .....	9
Artigo 18.º Documentos de habilitação .....	9
Artigo 19.º Falsidade de Documentos e Declarações .....	10
Artigo 20.º Caução .....	10
Artigo 21.º Minuta do Contrato .....	10
Artigo 22.º Outorga do Contrato .....	10
Secção V – Disposições Finais. ....	11
Artigo 23.º Proteção de Dados na Contratação Pública .....	11
Artigo 24.º Despesas e Encargos .....	12
Artigo 25.º Legislação Aplicável .....	12
Anexo I Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ....	13
Anexo II Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP ...	14
Anexo III Modelo de Proposta de Preço .....	15

Anexo IV Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si (n.º 6 do artigo 113º e n.º 2 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos) .....	16
Anexo V Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes.....	17

## SECÇÃO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º

#### Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de manutenção operacional e monitorização do processo de compostagem comunitária— alargamento à área territorial dos municípios associados da Lipor iniciado no projeto Cityloops, precedido de um procedimento pré-contratual, nos termos e condições constantes do caderno de encargos.

2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento enquadra-se no CPV: 71356000-8 – Serviços técnicos.

### Artigo 2.º

#### Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é a LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, adiante designada por LIPOR, com sede em Baguim do Monte, Apartado 1510, 4435-996 Baguim do Monte, pessoa coletiva n.º 501.394.192, com o telefone n.º 229770100, com o fax n.º 229756038 e com o endereço eletrónico [info@lipor.pt](mailto:info@lipor.pt).

2. O presente procedimento será conduzido pela sua Divisão de Contratação Pública, com o endereço de correio eletrónico [contratacadcp@lipor.pt](mailto:contratacadcp@lipor.pt) e plataforma eletrónica de contratação pública “*acinGov*”.

### Artigo 3.º

#### Decisão de contratar

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada pelo órgão competente, o Presidente do Conselho de Administração da LIPOR, no dia 13 de novembro de 2024, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, na sua reunião do dia 22 de dezembro de 2021.

### Artigo 4.º

#### Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento escolhido é o Ajuste Direto, com o fundamento na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), e, ainda, dos artigos 112.º e seguintes, na sua versão atual, nos termos constantes do presente convite.

### Artigo 5.º

#### Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento

1. As peças do procedimento são disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação, de forma completa e gratuita, desde data de envio do presente Convite.

2. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto do n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido do interessado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «*acinGov*» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

## **Artigo 6.º**

### **Esclarecimento e retificações das Peças do Procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pela entidade convidada, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica de contratação.
2. No prazo referido no número anterior, a entidade convidada deve ainda apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, designadamente, no que respeita aos elementos referidos nas alíneas do n.º 2.º do art.º 50.º CCP.
3. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem o número 1 tem a consequência prevista no n.º 3 do art.º 378.º do CCP.
4. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação da proposta, nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP
5. Os esclarecimentos a que se refere o número 1 são prestados, por escrito, pelos Gestores do Procedimento.
6. O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, todos os que não sejam por ele expressamente aceites até ao termo do prazo previsto no número 4.
7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
9. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros e omissões das peças do mesmo procedimento, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

## **Artigo 7.º**

### **Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas**

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. A pedido fundamentado de qualquer entidade convidada, que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, competência que foi delegada na Gestores do Procedimento, devendo tais decisões ser juntas às peças do procedimento e notificadas à entidade convidada, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

## SECÇÃO II – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### Artigo 8.º

#### Proposta

1. Na proposta, a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar, bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta apresentada pela entidade convidada deve respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.
3. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com ela conexas, são suportados pela entidade convidada.

### Artigo 9.º

#### Proposta e seus documentos

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite;
  - b) Declaração com indicação do preço, elaborada de acordo com o Anexo III ao presente Convite;
  - c) Proposta técnica sobre a forma como serão executados os trabalhos da prestação de serviços.
  - d) Declaração, sob compromisso de honra, na qual declara não estar abrangido em qualquer conflito de interesses, nomeadamente para efeitos do n.º 6 do artigo 113.º do CCP, emitida em conformidade com o Anexo IV ao presente Convite;
  - e) Certidão do Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da Proposta.
2. Na proposta, a entidade convidada deve indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. A entidade convidada poderá apresentar outros elementos que considere de interesse e não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento.

### Artigo 10.º

#### Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Sempre que os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando a entidade convidada que aceita a prevalência de traduções, para todos os efeitos legais, sobre os respetivos originais.

3. As traduções deverão ser apresentadas por entidades comprovadamente certificadas e reconhecidas como tal, sob pena de exclusão quando não se utilizar a certificação de traduções, requisitos e entidades legalmente habilitadas, nos termos do Código do Notariado.

### **Artigo 11.º**

#### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do Caderno de Encargos.

### **Artigo 12.º**

#### **Prazo para apresentação de propostas**

1. A proposta deve ser apresentada até às 18h00 do 7º dia consecutivo a contar da data de envio do presente Convite.
2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo para apresentação de propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação, a entidade convidada deverá contactar o Serviço de Apoio Técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 9h às 19h ou através do endereço de correio eletrónico [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).
4. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica de Contratação, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo imputáveis à entidade convidada, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica de Contratação, devem ser comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com a antecedência mínima de duas horas antes do termo do prazo de apresentação das propostas, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico [concursopublico@lipor.pt](mailto:concursopublico@lipor.pt), sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.

### **Artigo 13.º**

#### **Modo de apresentação de propostas**

1. A proposta e os documentos que a constituem são apresentados através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, através do link direto enviado pela Plataforma Eletrónica de Contratação <http://www.acingov.pt/>.
2. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica de Contratação um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta do concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.

6. Quando pela sua própria natureza, qualquer documento dos que constituam as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante.

7. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8. A receção dos documentos apresentados nos termos dos números 6 e 7 será registada por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

#### **Artigo 14.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

O concorrente fica obrigado a manter a sua Proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

### **SECÇÃO III – ANÁLISE DA PROPOSTA**

#### **Artigo 15.º**

##### **Análise e Exclusão da Proposta**

1. A proposta é analisada em todos os seus atributos, termos ou condições.
2. Na análise da proposta será verificada a existência de algum dos pressupostos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. Será excluída a proposta que não obedeça aos termos e condições definidos no Caderno de Encargos.
4. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 125.º do CCP, pode a entidade ser convidada a melhorar a sua proposta.
5. Compete aos serviços da Entidade Adjudicante submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

#### **Artigo 16.º**

##### **Esclarecimentos e suprimimento da proposta**

1. Pode ser pedido à entidade convidada os esclarecimentos sobre a proposta considerados necessários para efeitos de análise e avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pela entidade convidada fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, nem alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Deve, ainda, ser solicitado ao concorrente que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, proceda ao suprimimento das irregularidades da sua proposta, causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na proposta, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.



## SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

### Artigo 17.º

#### Notificação da decisão de adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, e até ao termo do prazo da obrigação de manutenção da proposta, a entidade convidada é notificada eletronicamente desse mesmo ato, através do meio de transmissão eletrónico de dados utilizado.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no presente Convite e no artigo 81.º do CCP, e bem assim, pronunciar-se quanto ao teor da minuta do contrato.

### Artigo 18.º

#### Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, através do link direto enviado pela plataforma eletrónica, no prazo de cinco dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Convite;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
    - i. Registo Criminal com a indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da entidade), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
    - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regulariza relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - iii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante da empresa, que mencione o cumprimento das obrigações legais, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados, conforme Anexo V do Convite.
  - d) Se aplicável, apresentar documento comprovativo no Regime Jurídico de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), ou o respetivo código de acesso, que evidencie o cumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, sob pena de, por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, ser proibida a celebração do contrato;
2. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central

do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade de adjudicação por força do disposto no artigo 87-A do CCP.

3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

4. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos possam ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta.

5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

6. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### **Artigo 19.º**

##### **Falsidade de Documentos e Declarações**

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.

#### **Artigo 20.º**

##### **Caução**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Artigo 21.º**

##### **Minuta do Contrato**

1. O contrato será reduzido a escrito em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

2. A minuta do contrato a celebrar será enviada para a aceitação do Adjudicatário juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, e considerar-se-á aceite por este quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

3. As eventuais reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do n.º 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data de receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

#### **Artigo 22.º**

##### **Outorga do Contrato**

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.

2. A Entidade Adjudicante notifica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para que proceda à sua assinatura através de meios eletrónicos.
3. No caso do número anterior, a adjudicação caduca se o Adjudicatário não remeter o contrato devidamente assinado eletronicamente, no prazo estipulado, e não houver sido impedido de o fazer por motivo independente da sua vontade, devidamente justificado.
4. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato dão da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

## **SECÇÃO V— DISPOSIÇÕES FINAIS.**

### **Artigo 23.º**

#### **Proteção de Dados na Contratação Pública**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a LIPOR – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, enquanto Entidade Adjudicante, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos nesta cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere a presente cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Consideram-se exatos e atualizados todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los, nos termos previstos no RGPD.
5. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 70.º da Lei 98/97, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir do encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos corresponsivos.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante o Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais: Direito de Informação (artigo 13.º e 14.º, do RGPD), direito de Acesso (art. 15.º, do RGPD), direito de Retificação (art. 16.º, do RGPD), direito de Apagamento dos dados (art. 17.º, do RGPD), direito à Limitação do tratamento (art. 18.º, do RGPD), direito de Portabilidade (art. 20.º, do RGPD); Direito de Oposição (art. 21.º, do RGPD) e direito de não ficar sujeito a Decisões Individuais Automatizadas (art. 22.º, do RGPD); Direito de retirar o consentimento, a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado; Direito ao conhecimento de uma violação de dados; e Direito a ter uma resposta do responsável

pelo tratamento nos prazos legais, devendo, para tal, contactar-nos através do endereço de e-mail [protecaodados@lipor.pt](mailto:protecaodados@lipor.pt);

- b) A apresentar exposição escrita perante o Encarregado de Proteção de Dados, através dos seguintes endereços: Apartado 1510 – Baguim do Monte ou através do e-mail: [DPO@lipor.pt](mailto:DPO@lipor.pt);
- c) Direito de apresentar reclamação perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados, através da página web [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt), ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa, e os contactos de Telef. 213 928 400, Fax 213 976 832, e-mail [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt);
- d) A recorrer aos tribunais comuns.

#### **Artigo 24.º**

##### **Despesas e Encargos**

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e as relacionadas com a celebração do contrato, caso a sua outorga não seja dispensada.

#### **Artigo 25.º**

##### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente convite, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

## Anexo I

### Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## Anexo II

### Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]..

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**Anexo III**  
**Modelo de Proposta de Preço**

.....(indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do Ajuste Direto ....., a que se refere o convite datado de ....., obriga-se a executar o referido contrato, de harmonia com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de €.....( por algarismos e por extenso), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97º do CCP.

À quantia supra referida acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... assinatura...

#### Anexo IV

##### **Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si** (n.º 6 do artigo 113.º e n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nem está abrangida, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto do procedimento, nomeadamente, os referidos nos n.ºs 6 do artigo 113.º e 2 do artigo 114.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, nos casos aplicáveis, ou seja, não detém qualquer relação especial com uma entidade:

- a) à qual a Entidade Adjudicante tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 19.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas; e/ou
- b) que tenham executado obras, fornecido bem móveis ou prestado serviços à entidade adjudicante, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato;

2 – Entende-se como relação especial, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

4 – Em caso de infração detetada, a Entidade Adjudicante comunicará de imediato ao IMPIC. I.P., se aplicável.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º



**Anexo V**  
**Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes**

..... (nome do Concorrente), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., sob o n.º ....., representado(a) pelos Senhores ....., e ....., na qualidade respetivamente de ....., e ....., depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do ..... (indicar a designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados.

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

